

## **MÉTODOS, DEBATES E PROJETOS: AS ATUAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO (1900-1930)**

Thaís de Melo\*

[lattes.cnpq.br/9418530349052012](http://lattes.cnpq.br/9418530349052012)

**Resumo:** Este artigo apresenta alguns resultados da trajetória de pesquisa sobre a presença do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na Educação. Dentre os aspectos abordados estão as contribuições do instituto para a construção de conhecimentos sobre a História da Educação no Brasil; as relações dos sócios do instituto com instituições de ensino e órgãos administrativos da educação; e os projetos de criação de cursos da Academia de Altos Estudos. Nesse sentido, propomos considerar o IHGB como um lugar de poder atuante nos conflitos políticos relativos ao campo educacional e como instância produtora de políticas e projetos educacionais no início do século XX. Como fontes para essas questões foram utilizadas publicações e atas da Revista do IHGB, bem como documentos de arquivos de instituições relacionadas e periódicos existentes durante o recorte.

**Palavras-chave:** IHGB; História da Educação no Brasil; Projetos educacionais.

## **METHODS, DEBATES AND PROJECTS: THE ACTIVITIES OF THE BRAZILIAN HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE IN EDUCATION (1900-1930)**

**Abstract:** This article presents some results of the research trajectory on the teaching of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) in education. Among the addressed projects are the Institute's contributions to the construction of knowledge about the history of education in Brazil; the relations of the members of the Institute with educational institutions and administrative organs of education and the projects of creation of courses and the Academy of High Studies. In this sense, we propose to consider the IHGB as a place of power that is active in political conflicts related to the educational field, and as a producer of policies and educational projects in the early twentieth century. As sources for these issues, publications and minutes of the IHGB Review were used as well as archives of related and periodical institutions existing during the period.

\* Doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo, USP (Brasil). Contato: [thaisdesamelo@hotmail.com](mailto:thaisdesamelo@hotmail.com).

**Keywords:** IHGB; History of Education in Brazil; Educational projects.

\* \* \*

## Introdução

Decorrente de pesquisa anterior, que pretendeu investigar quais as relações entre o IHGB e as reformas educacionais dos anos 1920, a proposta de tomar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) como instituição atuante no campo educacional tomou força e ganhou novos contornos<sup>1</sup>. A partir destas primeiras incursões sobre o tema, foi possível observar a existência de outros objetos de pesquisa sobre História da Educação e políticas educacionais envolvendo a atuação e projetos do instituto.

Criado “debaixo da imediata proteção de S. M. I o Senhor D. Pedro II”<sup>2</sup>, em 1938, o IHGB desenvolvia estudos científicos sobre minerais, composição geográfica do território, formações vegetais e aspectos históricos. Tendo como um de seus objetivos a criação de uma identidade nacional, os trabalhos de seus membros promoveram a construção de uma narrativa histórica unificadora, representada pelo mito das três raças. Essa interpretação fundava a sociedade brasileira na ideia de interação entre o indígena selvagem, o negro escravizado e o português civilizador, com singular protagonismo do europeu no processo – e missão – de promover a evolução da nação que surgia. Ainda nesse aspecto, o Instituto também forjou uma identidade calcada na ideia de continuidade entre o período colonial e o império brasileiro (GUIMARÃES, 1988), minimizando as

<sup>1</sup> Os resultados apresentados neste artigo tiveram financiamentos oriundos de bolsas de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processos 2011/16740-8 e 2013/22879-4).

<sup>2</sup> Expressão que simbolizava a estreita relação do imperador como a instituição, inscrita na ata de fundação do IHGB. (REVISTA do IHGB, 1839, Tomo I, capa).

dimensões de ruptura política e ressaltando os laços e heranças portuguesas no Brasil<sup>3</sup>.

Grande parte dos estudos sobre o IHGB aborda sua dimensão historiográfica seminal e localiza a atuação do Instituto no período imperial, negligenciando outras facetas desta instituição. Para os estudos educacionais o Instituto decerto não figura como tema amplamente frequentado, mas foi possível identificar significativas contribuições e intrigantes projetos sobre educação no interior da instituição. A partir da abordagem sugerida por Carvalho, pudemos encontrar desdobramentos interessantes dessa presença na educação e procuramos ressaltar os traços metodológicos dessa herança:

[...] no caso da gênese da historiografia educacional brasileira, a presença dessa tradição não tem sido rastreada, e julgo importante não minimizar o papel modelar que a tradição produzida no IHGB possa também ter exercido na configuração da historiografia educacional. (CARVALHO, 2003, p. 381).

A partir da trajetória de pesquisa sobre os debates e ideias educacionais que circulavam no Instituto, pudemos identificar os espaços e instâncias em que ocorreram as atuações do IHGB na educação. Assim, destacamos inicialmente relações importantes, e mesmo fundantes, entre os trabalhos desenvolvidos no Instituto e os processos de construção de conhecimentos sobre história da educação no Brasil. Além disso, pudemos identificar o trabalho de sócios do Instituto na produção de materiais didáticos para o ensino secundário e mesmo a atuação como professores em instituições de ensino como o Colégio Pedro II.

Outra frente de atuação na educação foram as iniciativas de divulgação científica, como a promoção das Conferências Abertas e posteriormente o ousado projeto da Academia de Altos Estudos. Neste artigo apresentaremos alguns aspectos das relações teóricas e metodológicas entre o

<sup>3</sup> Incumbido de criar o *amálgama* da sociedade brasileira sob o signo Estado-Nação, no IHGB foram elaborados os discursos que conferiam legitimidade às organizações sociais e políticas do país, através dos supostos enraizamentos históricos que possuíam. Durante o império, a ideia de continuidade da ordem adquirida com a Coroa conferia unidade aos povos que, agregados em um território exuberante, teriam construído a essência da identidade brasileira.

IHGB e a história da educação brasileira, assim como algumas atuações do Instituto no ensino e a participação em políticas educacionais no início do século XX.

## **A construção da História da Educação no Brasil: uma parte do percurso**

Dentre os estudos sobre a configuração da História da Educação no Brasil como um campo, os trabalhos de Mirian J. Warde e Marta Carvalho representam importantes marcos de reflexão e são fundamentais para localizarmos o IHGB como um lugar produtor de conhecimentos sobre a educação.

Segundo Carvalho, uma “memória dos renovadores” operou um deslocamento da História da Educação do âmbito da investigação histórica para o campo pedagógico, inserindo-a como um instrumento explicativo das condições em que se davam o desenvolvimento - ou não - dos sistemas de ensino e pensamentos educacionais. Nesse movimento a história da educação não foi “[...] instituída como especialização temática da História, mas como ‘ciência auxiliar da educação’ (WARDE, 1984, p. 3). Mesmo entre as *ciências da educação*, a História da Educação ocupava um lugar inferior às principais disciplinas de referência como a Psicologia, a Sociologia e a Biologia. Tais aportes eram articulados para compreender os mecanismos fisiológicos de aprendizado e desenvolver formas científicas de intervenção no processo de aprendizagem, porém as reflexões passavam ao largo de questões sobre a construção de conhecimentos e as delimitações da própria disciplina.

A instrumentalização de outras disciplinas, como história e sociologia, tomadas como abordagens utilitárias para os estudos pedagógicos, minimizava as contribuições dos processos investigativos e as potencialidades para construção do conhecimento histórico que tais disciplinas poderiam oferecer. Esta postura derivava de uma interpretação que destituía os estudos históricos de bases experimentais, ao menos para os temas de interesses pedagógicos (CARVALHO, 2003, p. 378). Nesse sentido, segundo

Warde, a História era articulada visto que poderia recuperar os traços de origem dos problemas educacionais e, de algum modo, justificá-los no presente:

Na sua gênese e no seu desenvolvimento, a História da Educação Brasileira carrega uma marca que lhe é conformadora: a de ter nascido para ser **útil** e para ter sua eficácia medida não pelo que é capaz de explicar e interpretar dos processos históricos objetivos da Educação, mas pelo que oferece de **justificativas** para o presente. (grifos da autora) (WARDE, 1990 p. 8).

Com a inserção no campo pedagógico, a História da Educação foi configurada como uma disciplina de formação moral e de repertório básico para a formação de professores, distanciando-se do campo de investigação e das problematizações (CARVALHO, 2003, p. 379). Ainda assim, Warde observa a presença de temas e referências da História na produção acadêmica por ela estudada. Segundo a autora, os conhecimentos históricos e aportes teóricos da historiografia foram mobilizados, em alguns estudos, como grandes modelos interpretativos, dentro dos quais os problemas, ou os temas, educacionais estudados representavam os “exemplos” desses contextos. Em concordância com Warde, Carvalho identifica uma constante recorrência aos referenciais marxistas (WARDE, 1984, p. 4), para os quais, das determinações econômicas e das inflexões estruturais, irradiariam as leituras dos processos históricos.

Nesse cenário, Warde e Carvalho observam um movimento interno de reflexão e redefinições da disciplina em que sua trajetória, seu campo de pesquisa e suas potencialidades são redimensionados. Assim, os trabalhos de Mirian Warde estabelecem análises e mapeamentos sobre a construção e reordenações da História da Educação Brasileira como campo de pesquisa. Warde identifica ao menos dois momentos de inflexão nesse processo de redefinição. O primeiro momento seria durante os anos 1940 e 1950, com a produção de obras de referência, como *A Cultura Brasileira*, de Fernando de Azevedo, e as várias reformas educacionais. Tais correntes de pensamento e investigação, ou a matriz azevediana como ficou conhecida, foram sendo consolidadas como modelo para uma historiografia

sobre educação nos programas de pós-graduação em Educação, criados nos anos 1970.

Um segundo momento seria o das renovações teóricas e metodológicas da História da Educação, advindas do contato mais próximo com as práticas historiográficas do campo da História durante os anos 1980, as quais também estavam em processo de redefinições. O contato com as produções historiográficas da História Cultural, segundo as autoras, teria representado um importante movimento de virada para os estudos sobre História da Educação. O olhar sobre a educação como espaço de disputas e construção de sentido para a realidade, e que também está inserido na dinâmica social, reconfigurou a história da educação como um campo de pesquisa. O campo educacional foi percebido como integrante ativo nas relações com o ambiente político, econômico e social; sendo a *cultura* um bom lugar para localizá-lo. O estudo desses aspectos não seria, “[...] portanto, afastar-se do social [...] muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de afrontamento tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais” (CHARTIER, 1990, p. 27). A educação não está apartada dos tensionamentos políticos, ideológicos e culturais que afetam outras esferas da realidade; ela é um dos eixos sobre o qual são construídos e disputados espaços de legitimação. Localizá-la no espaço cultural permite observar os diferentes projetos que concorrem e coexistem num mesmo período.

Nesse movimento, as abordagens de temas educacionais a partir do arcabouço teórico da história cultural possibilitaram a identificação de outras formas de ensino e aprendizagem para além das práticas escolares<sup>4</sup>. As reflexões sobre história da educação desenvolvidas a partir desse cenário abriram caminhos para a inserção de outros espaços e agentes no panorama histórico das experiências educacionais, assim como na trajetória de construção do conhecimento sobre o assunto no Brasil. Analisando

<sup>4</sup> Estas também foram revisitadas. Lido sob sua lógica interna, o espaço escolar foi observado como produtor de práticas e de conhecimentos próprios, no qual são expressos ensinamentos e doutrinas por diferentes meios, não apenas nas exposições de conteúdos. Assim, de acordo com Falcon (2006), os estudos sobre as histórias das disciplinas, da cultura escolar e da arquitetura escolar colocaram em cena aspectos marginalizados pelas análises produzidas até então.

esses aspectos, Carvalho salienta a potencialidade do rastreamento das contribuições de lugares como IHGB nos debates sobre educação, e mesmo enquanto espaço promotor de educação:

[...] é preciso considerar também que, no Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, a *universidade é uma instituição tardia*. Por isso a forte presença da tradição historiográfica produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na gênese dos estudos de História no Brasil, é matéria incontroversa. (grifos nossos) (CARVALHO, 2003, p. 381).

Se ao longo do século XX essas questões são construídas nos ambientes universitários, até meados da década de 1920, os espaços de discussão sobre educação distribuíam-se entre associações, instâncias políticas e círculos acadêmicos como o Instituto. Nesse sentido, buscamos identificar as interlocuções nem sempre explicitadas entre estes dois campos; de um lado, um lugar oficializado da produção da narrativa histórica no Brasil, preocupado com grandes questões políticas e identitárias, o IHGB; de outro, uma crescente demanda pelo conhecimento do percurso de construção das políticas, metodologias e ideias educacionais vinda de outra disciplina, a pedagogia.

## A presença do IHGB na historiografia educacional

Estudos como os de Marta Carvalho, Diana Vidal e Luciano M. Faria Filho e Moysés Kuhlmann Jr. procuram mapear as trajetórias de investigação seguidas pelos estudos sobre a história da educação no Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX. Nesse panorama foi possível identificar referências dos autores a questões sobre ensino e educação nos trabalhos historiográficos feitos pelos sócios do IHGB.

Em concordância com o argumento exposto por Carvalho já comentado, o estudo de Vidal e Faria Filho (2003) desenvolve um mapeamento da construção do campo de pesquisa e das discussões acerca da História da Educação brasileira. O viés de rastreamento propõe tomar a tradição

historiográfica consolidada pelo IHGB como um referencial no trabalho de compilação de fontes, relacionadas tanto à história nacional quanto à história da educação no país.

Com o “[...] objetivo de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil” (REVISTA do IHGB, Tomo I de 1839, p. 18) a trajetória de alguns sócios do IHGB permitiu a reunião de documentações para a produção de obras sobre a instrução pública brasileira no período Imperial, em sua maioria textos legais e dados estatísticos. De acordo com VIDAL e FARIA FILHO, esses estudos eram “peças de propaganda do Estado Imperial” (VIDA; FARIA FILHO, 2003), pois privilegiavam os eventos do segundo reinado. Com finalidades políticas, os trabalhos expressavam uma valorização do regime imperial em oposição aos regimes republicanos latino-americanos, procurando exaltar a maior eficácia do regime Monárquico, em termos educacionais e de “progresso civilizador”, do que do republicano<sup>5</sup>.

Dentre os trabalhos identificados, *L'Instruction publique au Brésil: histoire et législation* (1500-1889), de 1889, escrito por José Ricardo Pires de Almeida (1843-1913), chama a atenção pela centralidade que teria mais tarde nos estudos sobre legislação educacional. Desse modo, os autores apontam que “[...] a ligação clara entre Pires de Almeida e o Instituto Histórico estabelece de maneira inesperada um vínculo entre disciplinas (História e Educação) que aparentemente dispunham de trajetórias apartadas” (VIDAL; FARIA, 2003). Ainda nesse âmbito, apontam para relação das obras de Primitivo Moacyr à tradição forjada pelo Instituto, apesar de este não ter sido sócio. Sua aproximação com a produção do IHGB dava-se:

[...] seja pelo primado de coligir e metodizar documentos, seja pelo recurso às publicações do Instituto e autores a ele ligados na elaboração do texto, seja ainda pelo elogio inicial, feito por

<sup>5</sup> “Nesse movimento de construção identitária da Nação pelo IHGB, distinguir-se do *outro* era necessário, seja internamente apartando-se dos negros e índios, porque não portadores da noção de civilização; seja externamente das repúblicas latino-americanas, porque ameaças à forma de governo monárquico e representação da barbárie” (VIDAL e FARIA. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)* apud GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988).

Peixoto, que situa Moacyr como herdeiro de uma tradição que remonta a um dos personagens mais célebres do Instituto, seu antigo secretário, Varnhagen. (VIDAL e FARIA, 2003)

Desse modo é possível observar a caracterização do que chamam de uma “*primeira vertente*” seguida pela historiografia da educação no Brasil do final do século XXI e início do XX, que, por sua vez, teve marcante influência da metodologia histórica conformada pelo Instituto. Essa vertente foi forte o bastante, de acordo com Carvalho, a ponto de ser detectada inclusive em publicações dos “renovadores”. Um exemplo seria a presença das obras de Primitivo Moacyr, na Coleção Brasiliiana, da Companhia Editora Nacional, entre 1931 e 1954, período em que a coleção estava sob a coordenação de Fernando de Azevedo. Desse reconhecimento metodológico da compilação e publicação de informações temáticas e estatísticas é que decorre a herança do IHGB. Mesmo no propósito analítico, fundador das publicações de Azevedo, é possível reconhecer essa prática. Para Carvalho e Warde, apenas a partir de 1950, com os trabalhos de Laerte Ramos de Carvalho e os contatos com a Filosofia e Sociologia da Educação, é que os temas educacionais são postos em perspectivas analíticas dentro de “[...] um projeto de construção de uma História da Educação Brasileira, autônoma, apoiada em levantamentos documentais originais, capaz de recobrir o desenvolvimento do sistema público de ensino” (CARVALHO, 2003, p. 385 apud WARDE, 1999, p. 93).

Aprofundando a análise e o mapeamento dessas intersecções, Moysés Kuhlmann Jr. (1999), nos permitiu identificar outros aspectos da presença do IHGB nos estudos sobre História da Educação no Brasil. Analisando as obras produzidas para as Exposições Nacionais e Internacionais realizadas no final do século XIX e início do século XX, Kuhlmann Jr observa a intensa participação de sócios do IHGB nesses eventos. Nesse sentido, demonstra que o “progresso educacional brasileiro” era encampado como principal fator comprobatório de que o Brasil estava seguindo o caminho do “progresso das nações civilizadas”. Ainda de acordo com Kuhlmann Jr:

É um procedimento que parece seguir a trilha apontada na Exposição de História do Brasil, de 1881, que visava impulsionar a

elaboração de nossa história, da história de cada um dos setores e das instituições que representariam os pilares dessa civilização moderna, entre elas a história da educação brasileira. (KUHLMANN. JR, 1999).

Nesse aspecto o Instituto legou algumas obras e concepções influentes na constituição do campo de pesquisa da educação. Entre essas contribuições, Kuhlmann Jr destaca a atuação de Manuel Porfírio de Oliveira Santos e Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Este, segundo o autor, “esteve presente em vários acontecimentos relativos às exposições e à educação” (KUHLMANN. JR, 1999). Responsável pela seleção e arrolamento de obras literárias, históricas e científicas que tratassem dos diversos aspectos necessários ao estudo da história do Brasil em 1881, Ramiz Galvão organizou um catálogo de obras que correspondiam a uma detalhada classificação temática, na qual está presente a instrução pública. Este trabalho foi desenvolvido em função da Exposição, mas seu interesse por questões educacionais não ficou restrito ao evento<sup>6</sup>.

Para Kuhlmann Jr. (1999), as obras relativas à instrução pública arroladas no *catálogo* não são historiográficas, mas expressam a necessidade desse tipo de produção ao listar aquelas que seriam as fontes para tanto. O que delineia um impulso à investigação e reflexão histórica a respeito dessas fontes, como o próprio autor observa em outras publicações que tomaram esse conjunto documental como material de análise.

Seguindo a proposta de configurar um panorama histórico da construção de “uma nação civilizada”, foi produzido o *Livro do Centenário*, coordenado por Ramiz Galvão, para as comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento em 1900. A obra, que trazia o discurso do progresso atrelado ao regime republicano, atribuía ao - suposto - sucesso da educação a elevação de uma raça inferior a um povo que cresce (KUHLMANN. JR, 1999). Dentro dessa obra, Ramiz Galvão destaca a existência de vários textos relativos à instrução pública, mas que conservam o caráter ufanista e de síntese de materiais e documentação.

<sup>6</sup> Segundo informações de KUHLMANN JR., B. F. Ramiz Galvão foi reitor da Universidade do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Superior de Ensino e recebeu o título de Oficial de Instrução Pública pelo governo francês.

Em 1922, o Instituto promoveu a publicação do *Diccionario Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, que se valeu em grande parte do conjunto documental das outras produções já citadas, mas que, no entanto, desenvolve uma reflexão e uma argumentação mais crítica em relação a temas da educação. Obra também coordenada por Ramiz Galvão, o *Diccionario* possuía um capítulo chamado “*Instituição Pública, notícia histórica de 1822 a 1922, resenha da evolução*”, de autoria de Manuel Porfírio de Oliveira Santos, sócio honorário do Instituto. Segundo Kuhlmann Jr., esse texto propunha uma abordagem mais reflexiva a respeito da educação e dos próprios problemas detectados na instrução pública. A começar pela constatação da insuficiente capacidade de administrar e promover o ensino primário e secundário que os governos regionais vinham demonstrando desde o século XIX, seja por dificuldades orçamentárias, seja pela falta de parâmetros nacionais. É possível, ainda, atribuir a Oliveira Santos uma consciência da necessidade de se pensar a educação de forma historiizada, pois, de acordo com Kuhlmann Jr. (1999):

[...] a história da instrução no Brasil, para Oliveira Santos, deveria ser estudada sob dois pontos de vista: das mutações por que têm passado [considerando as reformas e adaptações locais, regionais ao longo dos períodos colonial, regime monárquico, e republicano federativo] e do direito constituído em nossa legislação.

Oliveira Santos apresenta uma estrutura de análise que conecta a crítica documental à reflexão histórica. O texto de Santos propõe um acompanhamento das ações governamentais junto à observação dos processos contemporâneos de mudanças e adaptações dos sistemas educacionais. Mesmo constatando o descompasso entre projetos e efetivação de propostas, Santos acaba esboçando um parecer positivo às ações do governo nesses primeiros anos da república. A partir de suas análises, Santos constata o aumento de instituições de ensino, da população escolar e da porcentagem de alfabetizados, recorrendo novamente às estáticas e apresentando a conclusão esperada à finalidade da obra. Ainda que sob condições determinadas de produção e em função de interesses de governo, o retrospecto sobre alguns estudos educacionais reforça a efetividade das

---

relações do Instituto com a construção de conhecimentos sobre educação ao longo do período evidenciado.

A construção do panorama dessas relações nos permitiu identificar outras formas de participação do Instituto nos assuntos educacionais, segundo, principalmente, a circulação e as sociabilidades dos membros do Instituto. Além disso, foi possível revisitar o papel político e acadêmico do IHGB – uma instituição monárquica – no início do século XX, quando desenvolveu significativas atividades na educação sob o regime republicano.

## **Professores do Pedro II e autores de materiais didáticos**

Para compreender o processo de circulação dos debates sobre educação e dos movimentos que impulsionaram a criação de projetos educacionais - como as Conferências Abertas e, posteriormente, a Academia de Altos Estudos - foi preciso localizar os outros lugares e instituições das quais os sócios do Instituto também participavam. As relações do IHGB com o Colégio Pedro II, por exemplo, podem ser observadas a partir dos movimentos de fundação de um projeto nacional do qual ambos fazem parte.

O Colégio Pedro II foi criado como instituição modelo para a organização dos estudos secundários no Império. Voltado para formação da elite econômica e política, tinha por objetivo ministrar uma cultura ampla e erudita aos futuros dirigentes. Passando do currículo humanista ao científico moderno, foi sendo adaptado às conformações sociopolíticas ao longo dos séculos XIX e XX. Além disso, também exercia função propedêutica para o acesso ao ensino superior na metrópole e outras instituições do Império (HAIDAR, 1972). Nessa lógica, o Colégio Pedro II funcionava como espaço estratégico de produção de políticas educacionais, assim como ambiente de prestígio social. Portanto, a presença e circulação dos professores no IHGB e a de sócios no Colégio é referendada pela própria função sociopolítica das duas instituições.

O papel social e institucional desempenhado tanto pelo IHGB como pelo Colégio Pedro II – ambos criados na década de 1830 – representa funções, ao menos, complementares: enquanto o primeiro se caracterizava como o espaço da reflexão intelectual e da construção do conhecimento científico e histórico do período, o segundo foi encarregado de construir, de forma escolarizada, a estrutura social do Império e sua manutenção política (HAIDAR, 1972). Outros aspectos demonstram a relação entre os currículos, os compêndios utilizados no Colégio Pedro II e os membros do IHGB (HOLLANDA, 1957, p. 15). De acordo com Bittencourt (1993, p. 204), grande parte dos materiais didáticos produzidos entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX tinham por seus autores os sócios do Instituto e/ou professores do Colégio Pedro II, passando a ser Ginásio Nacional com a proclamação da República.

Tal aproximação se dá especialmente no ensino de história. Nesse duplo movimento o Instituto atua como um lugar de legitimidade para a produção de um conhecimento histórico acadêmico e, por isso, uma instância autorizada a “traduzir” esses conhecimentos em materiais didáticos. Isto sinaliza, segundo Bittencourt, um movimento gradual de produção didática nacional, que operou de duas formas: desvincilhando-se da importação de materiais e traduções didáticas francesas e, ao mesmo tempo, imprimindo no âmbito escolar os conhecimentos históricos oficiais e a “memória nacional” produzidos no Instituto.

Assim, assume-se um papel importante no processo de orientação ao que deveria ser ensinado. É interessante notar, segundo Bittencourt (1993, p. 203), a existência de um simultâneo reconhecimento da importância desse tipo de produção, que cria uma espécie de “historiografia didática”, e um esquecimento dessas obras quando observada a carreira expressa como “cientistas acadêmicos”. A dificuldade em identificar autores e atribuir obras didáticas evidencia essa distinção de atribuição de valores às obras. Tendo em vista a efetiva interligação social e política das duas instituições, foi possível rastrear alguns nomes que transitavam em ambas as instituições e em outras esferas da política e educacionais. Deste levantamento foi possível construir um quadro para expressar essas relações:

Quadro 1 - Alguns sócios, professores e políticos admitidos no IHGB entre 1845 e 1914. Fonte: RIHGB Tomo VII de 1846; T. VI de 1849; T. 742,1911; RIHGB Cadastro de Sócios T. 752 1912; T. 762 de 1913; T. 772-1914; T.782-1915; T. 92 de 1922; Volume 164 1931; V. 182 -1944. Livro de Actas da Congregação (LAC) 1900-1925. Arquivo Colégio Pedro II.

Nome	Admissão no IHGB	Sócio no IHGB	Áreas de Atuação
Justiniano José da Rocha (1812-1862)	26/03/1845	Efetivo	Catedrático de História do C. Pedro II
Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)	18/04/1848	Correspondente	Professor de História Antigo e Geografia do C. Pedro II; Autor de material didático
B.Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)	16/08/1872	Efetivo	Professor de Grego e Literatura Brasileira no C. Pedro II; Um dos idealizadores Academia de Altos Estudos do IHGB (1916); Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1920); Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal
Max Fleiuss (1868-1943)	03/08/1900	Secretário Perpétuo	Sócio influente no IHGB; Autor de material didático; Um dos idealizadores Academia de Altos Estudos do IHGB
Sílvio V. da S. Ramos Romero (1851-1914)	23/08/1901	Efetivo	Professor de História a do C. Pedro II
Epitácio L. da Silva Pessoa (1865-1942)	29/03/1907	Benemérito	Presidência da república (1919-1922); Código Epitácio Pessoa (1901)
Rivadávia da Cunha Corrêa (1866-1920)	04/05/1910	Honorário	Ministro da Justiça e Negócios do Interior (1910-1913); Reforma Rivadávia Corrêa (1911)
Alberto S. M. Torres (1865 -1917)	03/10/1910	Benemérito	Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1887-1900); Entusiasta da Academia de Altos Estudos do IHGB
Luís G. d'Escragnolle Dória (1869-1948)	04/05/1912	Efetivo	Professor de História Universal e História do Brasil no C. Pedro II; Participação nas Reformas educacionais de 1926 e 1929.
Carlos Maximiliano P. dos Santos (1873-1960)	16 /10/1913	Honorário	Ministro da Justiça e Negócios do Interior (1914-1918); Reforma Carlos Maximiliano (1915)
João Batista Ribeiro (1860-1934)	12 /05/1914	Efetivo	Professor de História Universal e História do Brasil no C. Pedro II; Autor de material didático de história
Jonathas A. de S. Serrano (1855-1944)	24/05/1919	Efetivo	Membro da Associação Brasileira de Educação; Professora de História do Brasil e Latim no C.Pedro II
Afrâncio Peixoto (1876-1947)	16 /06/1919	Efetivo	Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916)

Carlos M. Delgado de Carvalho (1884-1980)	6 /08/ 1921	Efetivo	Professor de História Universal do C. Pedro II
João Luiz Alves (1870-1925)	5 /09/1923	Efetivo	Ministro da Justiça e Negócios do Interior (1922-1925); Reforma João Luiz Alves – Rocha Vaz – (1925)

Organizado pela cronologia de admissões como sócios do Instituto e com apontamentos sobre atuações na educação, a construção do quando permitiu observarmos outros aspectos de interesses equivalentes, além da relação dos sócios com o Colégio Pedro II. Decerto que o recorte cronológico apresentado não privilegia o período do Império, ainda que o encadeamento proposto até aqui aponte para as contribuições do IHGB enquanto instituição oficial de produção do conhecimento, como o foi principalmente durante o século XIX. Caso o recorte fosse ampliado, teríamos observados ainda mais os cruzamentos dos professores do Colégio Pedro II e os quadros sociais do IHGB, além de outros produtores de materiais didáticos. Contudo, a periodização apresentada também aborda as primeiras décadas do período republicano, e embasa outros percursos da investigação.

Os estudos sobre o IHGB geralmente discutem a trajetória do Instituto ao longo do século XIX, com ênfase no papel modelar exercido no campo historiográfico nacional. Com a proclamação da República, algumas interpretações apontam o declínio do prestígio social e financeiro do IHGB e a saída do cenário político e cultural do país, diminuindo a importância e a representatividade da instituição a partir de então. Contudo, as primeiras décadas do século XX representam importantes momentos de inflexão na história do Instituto. Como uma das principais referências para a abordagem desse movimento Gomes (2009) insere o IHGB justamente nesse cenário de transição política e considerável atividade no campo educacional. No mesmo caminho Guimarães (2006) narra a história da instituição a partir de suas reconfigurações sob o regime republicano. Tais reflexões ajudam a elucidar a permanência das relações entre o Instituto e o Colégio Pedro II, durante os primeiros anos da República como é possível observarmos no quadro 1, assim como a presença de

personalidades políticas republicanas também ligadas às esferas educacionais.

Gomes estabelece paralelos entre as mudanças sociopolíticas ocorridas no Brasil e em Portugal na virada do século XIX para o XX, e como elas incidiram no pensamento histórico e o lugar da história nos projetos políticos dos dois países. Em ambos os casos Gomes identifica a História e ensino como campos de disputas nos processos de legitimação dos sistemas políticos (GOMES, 2009 p. 31). No caso brasileiro, o IHGB encontrava-se pressionado a ressignificar a própria prática histórica. Esta deveria adequar-se às novas demandas de enraizamento histórico e de construção da autoridade política do sistema republicano. Assim, Gomes observa não apenas uma mudança na narrativa, que passava a ser sobre um *povo* e para um *povo*, mas também na postura assumida por alguns sócios do Instituto. Dessas proposições, emergem perguntas como: quem seria esse “povo”? Já existia ou ainda estaria por ser inventado? Disso decorrem indicações valiosas sobre a circulação institucional dos sócios do IHGB, e suas significativas relações com o âmbito educacional.

A presença de alguns nomes conhecidos nos círculos educacionais e, principalmente, associados a mudanças de políticas educacionais como as reformas dos anos 1920, indica um movimento de aproximação entre o Instituto e os membros no novo regime político. No processo de composição do quadro social, abrigar entre seus sócios integrantes de outras esferas, política, econômica e social, foi uma tática de convivência adotada pelo Instituto (CERTEAU, 1998). Essa postura permitiu a manutenção de algumas relações de mecenato com o Estado durante a república, a exemplo do que relata Fleiuss quando diz que: “[...] foi Rodrigues Alves quem regularizou [entendida como constância das publicações] os serviços das publicações do Instituto e de seu expediente na Imprensa Nacional e das atas no Diário Oficial” (FLEIUSS, 1942, p. 155).

A identificação de alguns nomes ligados à educação, tais como Epitácio Pessoa, Rivadávia Corrêa, Carlos Maximiliano e João Luiz Alves, sinaliza um interesse no âmbito da política educacional. Podemos destacar, ainda, que a educação,posta como bandeira republicana da transformação social, seria o aspecto privilegiado pelo novo regime e simbolizava um

espaço importante para atuação política e institucional. A leitura da situação política e cultural do país e a operação tática dentro dessas configurações possibilitaram as movimentações empreendidas pelo IHGB nesse período.

Assim, mesmo antes dos desdobramentos advindos com a República, alguns sócios já demonstravam preocupações com questões educacionais: “[...] os vínculos desses intelectuais com a questão da educação, em sentido amplo [...]” estaria associada à crença “[...] no poder transformador da cultura e do ensino da palavra escrita.” (GOMES, 2009, p. 20). O que permite associar essas preocupações às movimentações em torno de projetos e ações efetivas, como iniciativas de “reformadores sociais”. Gomes confere uma dimensão ativa aos trabalhos dos sócios e, segundo ela: “[...] é fundamental atentar para a prática desses homens que, voltados para os estudos históricos, dedicaram-se a escrever compêndios escolares ou livros de literatura infantil, com evidentes fins pedagógicos.” (GOMES, 2009, p. 16). A abordagem indicada pela autora permite observar a história do Instituto nesses primeiros anos da república de outra maneira, contrapondo interpretações que atribuem inércia e apatia ao Instituto nos anos posteriores ao fim do segundo reinado.

Essa abordagem opõe-se também à literatura que observa o período como “a República que não foi”<sup>7</sup>, que interpreta os primeiros anos do regime republicano como estagnado em relação às expectativas de desenvolvimento social e político que incidem na ideia de república. Assim, é possível retomar o olhar sobre o período como um ponto de inflexão importante para as mudanças sociais em curso e da própria narrativa histórica de forma geral. Permite-se identificar uma ascensão dos discursos científicos e científicas que manifestam, em certa medida, a utilidade de seus

<sup>7</sup> Neste aspecto Gomes faz alusão a obras como a de José Murilo de Carvalho, que estuda as formas de participação política das camadas populares nos primeiros momentos do regime republicano. Embora Carvalho identifique diferentes formas de manifestação dessas pessoas, sua interpretação considera que não ocorreu o estabelecimento de um sistema político representativo, que não houve uma república de fato. O protagonismo militar e da elite econômica teria criado um sistema de exclusão da população mais ampla da esfera política. Desse modo, identifica que os movimentos de implantação da república não vieram da mobilização social, da qual, segundo o autor, deveriam emergir.

conhecimentos a serviço de outras demandas. Nesse panorama também estão as preocupações com a história ensinada, tida como espaço formador do *cidadão* para a *república* e como forma de consolidar uma cultura política republicana.

Juntamente às mudanças políticas vividas no período, era sentida a efervescência cultural e científica da virada século XIX. Os movimentos de divulgação científica e de institucionalização dos espaços de produção do conhecimento também estavam presentes no cenário brasileiro e do IHGB. Iniciativas como as Conferências Abertas do IHGB e o projeto da Academia de Altos Estudos dialogam e ocorrem em momentos específicos, o que chamaria Sirinelli (2013, p. 68) de *sensibilidades da época*.

## **As conferências do IHGB e o projeto da Academia de Altos Estudos**

Antecedidas por discursos e debates como os de Alberto Torres, que discutia acerca dos deveres políticos e potencialidades educacionais do Instituto, principalmente nos processos de reconfiguração do poder em curso no país, as Conferências Abertas do IHGB sinalizam os primeiros esforços nessa tomada de postura, ainda que de modo diferente dos esboçados por Torres naqueles debates.

A proposta inicial dessas conferências era a vulgarização de conhecimentos gerais – assim como as Conferências da Glória<sup>8</sup> realizadas anos antes no Rio de Janeiro -, além da promoção de interação e abertura das atividades a outros públicos então excluídos das dinâmicas do Instituto, mas ainda com o fator de distinção e prestígio como garantias da

<sup>8</sup> As Conferências da Glória foram realizadas entre 1873 e 1890 na cidade do Rio de Janeiro, sob organização de Manuel Francisco Correia. Inseridas numa tradição letrada de incentivo às preleções e aos debates, as conferências figuravam como ambientes de inserção e circulação de novas ideias, discussões políticas e espaços de reflexão sobre problemas sociais. Os materiais produzidos pelas palestras foram organizados e publicados em fascículos seriados com o título de *Conferências Populares*. Os trabalhos de Karoline Carula e Maria Helena Bastos examinam mais detidamente tais preleções.

relevância de seus trabalhos. Nas conferências eram ministradas explanações acerca da conjuntura atual do país, assim como algumas possibilidades de melhorias. Também é possível dizer que a dinâmica das palestras respondia à necessidade detectada pelos sócios de “apresentar o Brasil aos brasileiros” e de alguma forma estender essa ideia a outros círculos.

No quadro temos a distribuição dos palestrantes, temas das aulas e ocorrências no período de 1913 a 1915.

Quadro 2 - Mapeamento de algumas das Conferências Abertas do IHGB.

Fonte: Quadro organizado a partir de dados encontrados na  
*Revista do IHGB*, Tomo 781-1915, p. 3-4.

Palestrante	Tema/título da exposição	Datas	Publicações na Revista do IHGB
Alberto Rangel	Aspectos gerais do Brasil	-02, 09 e 23 /12/1913; - 08, 13 /01/1914	Tomo 761-1913 p. 453-517 e Tomo 781-1915 p. 3 e 4
José Vieira Fazenda	Aspectos do período regencial do Brasil	-06 e 08 /02/ 1914	Tomo 771-1914 p. 255-288 e Tomo 781-1915 p. 3 e 4
Basílio de Magalhães	Expansão e da formação do território brasileiro a partir dos bandeirantes	-18 e 25/05/1914; -03/06/1914	Tomo 771-1914 p. 385-398 e Tomo 781-1915 p. 3 e 4
Antônio Gonçalves Pereira da Silva	Antigos veículos no Rio de Janeiro	-30/07/1914	Não encontrada
Aurelino Leal	História da Constituição no Brasil	-15, 23, 29 /10/1914 -05 e 11/11/1914	Tomo 772-1914 p. 485-488 e Tomo 781-1915 p. 3 e 4
Arthur Pinto da Rocha	História Diplomática do Brasil	-25/12/1914; -07 e 21/01/1914; - 04 e 18 /02/1915 -04/03/ 1915	Tomo 781-1915 p. 3 e 4; 345-368
Augusto Olympio Viveiros de Castro	História Tributária	-22 e 29 /04/1915 -06 e 20/05/1915 -03/06/ 1915	Tomo 782-1915 p. 542-602; Tomo 781-1915 p. 3 e 4
Ernesto da Cunha de Araujo Vianna	Artes Plásticas do Brasil	Curso em cinco lições (datas não encontradas)	Tomo 782 -1915 p. 506-608 e Tomo 781-1915 p. 3 e 4
Ramalho Ortigão	História Financeira do Brasil	Datas não encontradas	Tomo 781-1915 p. 3 e 4

O cronograma das conferências variava em função da disponibilidade dos palestrantes. Algumas tiveram durações mais longas, sendo identificadas como cursos, e eram publicadas nos anexos da Revista do Instituto<sup>9</sup>. Ainda que não seja possível identificar ou mesmo quantificar o público dessas conferências, podemos inferir que a longevidade de alguns temas tenha relação com as expectativas do público que era alcançado. Seja pela busca de distinção social, por meio da possibilidade de frequentar um espaço como o Instituto; seja pelas utilidades práticas e/ou profissionais de tais conhecimentos, a frequência dos eventos e a recorrência de assuntos econômicos e históricos (como História Diplomática, Tributária e Aspecto geral do Brasil) indicam uma boa recepção da iniciativa.

As palestras partiam de explanações históricas cronológicas às análises conjunturais dos períodos históricos, com detidas atenções aos processos da proclamação da República. De modo geral, os temas com maior número de aulas – que, por sua vez, foram designados como cursos – possuem considerável número de páginas na *Revista do IHGB*, ao passo que alguns, que contaram apenas com uma ou duas aulas, não foram reproduzidos nos registros. Além disso, os temas visavam oferecer conhecimentos e reflexões sobre assuntos considerados importantes e, por vezes, problemáticos naquele contexto.

Ao analisarmos as transcrições destas conferências é necessário atentar para dois elementos importantes para sua compreensão: a oralidade e os objetivos da palestra. A questão da manifestação da oralidade na narrativa dos documentos relacionados ao Instituto configura outro fator característico para as análises desses cursos. De acordo com Sousa: “A presença da performance é uma marca da escrita da história e de sociabilidade no IHGB [...] na realidade antecede o texto impresso, e o texto traz marcas da oralidade.” (SOUZA, 2012, p.22). A postura do orador e a condução da explanação sobre um tema perpassam toda a construção dos conhecimentos transmitidos e discutidos na conferência, dos quais as habilidades retóricas do palestrante fazem parte. Tais elementos assemelham-se à

<sup>9</sup> As transcrições de alguns cursos podem ser encontradas em: REVISTA IHGB, Tomo 762, p. 520-36, 1913; Tomo 782, p. 430-442, 1914; Tomo 771 p. 219-344; Tomo 772, p. 291-418, 1915.

discussão de Noguès sobre as faculdades francesas do século XIX, principalmente a partir da Restauração (1815 -1830) em que as aulas nas faculdades haviam ganhado um aspecto mais de “espetáculo” do que propriamente de objetivos científicos ou de formação (NOGUÈS, 2011 p.88). Nesse sentido, para além do desejo de “apresentar o Brasil aos brasileiros”, a promoção das conferências pode ser lida como uma expressão de domínio sobre certos conhecimentos e de habilidade para transmiti-los; uma espécie de demonstração de autoridade para *ensinar*.

## **Entre Escola e Academia: dois nomes para um projeto educacional**

A reforma Rivadávia Correa, de 1911, retomou várias questões em debate no campo da educação superior, entre elas, as discussões sobre quais seriam as responsabilidades do Estado em relação à organização, regulamentação e criação de instituições superiores (CUNHA, 1986). De forma sintética, a reforma tornou a liberdade de ensino uma prática, permitindo a criação de estabelecimentos de ensino superior que pudessem funcionar com recursos próprios, não dependendo de subsídios estatais para isso. Desse modo, deu-se a ampliação das instituições superiores não oficiais, mas submetidos às inspeções estatais.

Dentro desse novo panorama legislativo e impulsionado pelos resultados positivos dos ciclos de conferências abertas de 1914, foi apresentada, na sessão de 12 de outubro de 1915, a proposta de organização de uma Eschola de Altos Estudos a ser fundada e dirigida pelo IHGB. O secretário Max Fleiuss apresentou a proposta, uma colaboração conjunta do Sr. Manuel de Oliveira Lima e de Carlos Delgado de Carvalho. Segundo Fleiuss, Oliveira Lima o teria ajudado a amadurecer a ideia de uma instituição de ensino juntamente da elaboração dos programas de cursos a serem oferecidos. Antes de expor o projeto de estruturação da Eschola, Fleiuss ressalta a importância dos movimentos do Instituto em prol dos cursos e conferências e enfatiza o reconhecimento dessas atividades. Sobre isso as atas retomam os elogios de Oliveira Lima às recentes atividades do IHGB:

O Sr. FLEIUSS [1º secretário perpetuo] diz que o Instituto soube, graças ao decisivo apoio do egregio Sr. Presidente Conde de AF-FONSO CELSO, dar plena execução à idéia do eminente consócio Sr. Dr. Manuel de Oliveira Lima, quanto à Eschola de Altos Estudos. O próprio Sr. Dr. Oliveira Lima, em repetidas cartas do orador, tem manifestado o seu grande aplauso, reconhecendo que os brilhantíssimos cursos realizados no Instituto pelos srs Basílio de Magalhães, Aurelino Leal, Pinto da Rocha, Viveiros de Castro, Ramalho Ortigão e Araujo Vianna constituem a eschola que projectara. (REVISTA IHGB, Tomo 782-1915 p. 789).

Por mais que as conferências abertas tenham sido boas experiências, uma espécie de laboratório didático, os objetivos políticos e desdobramentos dos projetos seguintes adentravam diferentes esferas de atuação. Como já mencionado, as conferências versavam sobre temas gerais, sem determinações curriculares ou programáticas, com a perspectiva de pensar sobre o Brasil e apresentá-lo a um público exterior ao Instituto, promovendo reflexões e vulgarização de conhecimentos. Já a estruturação do projeto da Eschola de Altos Estudos pretende oferecer um percurso de formação técnica e capacitação para futuros ocupantes de cargos públicos. Na mesma sessão do dia 12 de outubro foi lido o documento escrito por Oliveira Lima, que apresentava as finalidades da Escola assim como os programas curriculares dos cursos a serem oferecidos. O excerto mostra um pouco da trajetória de reflexão e dos modelos escolhidos como parâmetros para os cursos:

Felicto – mais uma vez pela brilhante iniciativa dos cursos [conferências] do Instituto e mando-lhe incluso um resumo do programma da Eschola de Sciencias Políticas e Administrativo feito pelo Delgado de Carvalho, de um trabalho maior que elle elaborou. Penso ser optimo esse programma. Aproveita dos programas da Eschola de Sciencias Políticas de Paris, da E'cole des Hautes Etudes Commerciales e da London School of Economic and Politica Science a indispensável parte technica, reduzindo-a a suas menores proporções. Adapta os referidos programmes às necessidades da administração brasileira, facilitando aos nossos estudantes as funcções públicas. Ao jornalismo e à vida política. [...] A Eschola de Altos Estudos é destinada a preparar funcionario para os ministérios do Exterior, da Fazenda e da Agricultura, Industria e Commerico e para as administrações estadaes. (REVISTA Tomo 782; 1915 p. 790, grifos nossos).

Observando mais detidamente o perfil das instituições que embasaram as estruturas e os programas da Escola de Altos Estudos, podemos traçar os anseios e projeções alçados para ela. As escolas francesas mencionadas foram criadas no final do século XIX com o objetivo de oferecer às elites francesas uma formação científica e acadêmica. De tais instituições vieram as subsequentes gerações de lideranças e comando político, assim como as elites econômicas. Inicialmente fundadas como instituições particulares, foram incorporadas ao sistema estatal de ensino, mas mantiveram seus estatutos de autonomia administrativa e acadêmica. Nesse processo estabeleceram rígidos programas de seleção e trajetórias de formação, construindo uma reputação de prestígio social e político e de reconhecimento científico.

De modo geral, a proposta destas instituições concentra-se na formação das elites e de sua colocação na esfera da administração pública, seguindo o modelo de Grade École francês. Tal noção implica a formação de grupos e sucessores que passaram pelo modelo ou pela doutrinação dessas escolas e, no caso projetado, do IHGB. Nesse panorama, o Instituto desempenharia um papel importantíssimo no processo de formação cultural, político e acadêmico de um sistema de governo ainda em construção.

Contudo, a Escola de Altos Estudos, tal como fora apresentada e organizada no final de 1915, acabou não entrando em funcionamento. Embora tenha sido inaugurada em março de 1916, a estrutura do programa, e mesmo de organização da instituição, continuou sendo alterada e debatida durante as semanas seguintes de sua inauguração. Desse modo, além do nome para Academia de Altos Estudos<sup>10</sup>, também foram alterados os cursos a serem oferecidos pela recém-criada Academia. A inclusão de uma

<sup>10</sup> As primeiras discussões referem-se ao projeto de instituição de ensino como *Eschola de Altos Estudos*, porém, este nome já havia sido usado por outra instituição durante os anos de 1913 e 1914. Seria uma instituição idealizada e administrada pelo Sr. José Julio Rodrigues, e funcionou até dezembro de 1914 na cidade do Rio de Janeiro. A proximidade temporal e o caráter de instituição de ensino dos dois projetos provocaram associações de ambos em algumas publicações de periódicos da cidade.

grade para um curso de Filosofia e Letras gerou interessante movimentação dentro da instituição.

A Academia foi oficialmente inaugurada em 25 de março de 1916. A instituição agregou vários nomes reconhecidos como Clóvis Beviláqua, Epitácio Pessoa, Edgard Roquette Pinto Jonathas Serrano e Afrânio Peixoto, em seu corpo docente. Como Academia alcançou a marca de 529 aulas ministradas até o final do ano de 1917 (*O Imparcial*, de 25/01/1918). Ao longo de 1918, outras reformulações foram feitas nos estatutos e currículos dos cursos, até que em março de 1919 surge a Faculdade de Filosofia e Letras do IHGB. Nesta última reforma, além do nome, foi criado o Curso Normal Superior para formação de professores destinados ao magistério secundário. Este último período da instituição foi marcado por conflitos políticos e impasses legais, sendo os últimos registros de atividades encontrados por volta de 1922.

## Considerações finais

Como Escola ou como Academia, é possível dizer os projetos educacionais representaram significativa mobilização em torno da atuação do Instituto na educação, servindo como bases para o desenvolvimento de um perfil de uma instituição educacional gestada no Instituto. Desse modo, podemos ler a presença do IHGB na educação sob três aspectos: a partir das bases metodológicas de compilação de fontes para o estudo de assuntos educacionais; pela circulação de seus membros em instituições de ensino e esferas políticas e administrativas da educação, e pela produção de projetos educacionais, e políticos, de participação no sistema de ensino em construção no período estudado.

Se as Conferências Abertas representaram um espaço de aquisição de experiências sociais, tendo o IHGB, em parceria com a Biblioteca Nacional, o papel de promotor de uma prática cultural diferente das assembleias e conferências habituais, a organização de uma instituição educacional como a Academia, e posteriormente a Faculdade, representa uma firme decisão do Instituto em participar dos debates e conflitos inscritos

no âmbito do ensino e da educação como um todo naquele período. De certo que as reformas curriculares e estatutárias e as alterações do nome (Escola, Academia e Faculdade), respondiam à outras demandas além das discussões internas e de expansão dos cursos. Foi possível identificar que tais movimentos visavam alcançar a permissão para emitir certificações (diplomas) e garantir o reconhecimento da documentação por outras instituições do Estado. As significativas oposições a este objetivo do projeto do IHGB ressaltam a complexidade e a centralidade que os assuntos educacionais possuem no jogo político de construção e legitimação de uma ordem social.

\* \* \*

## Referências

- Arquivo do Colégio Pedro II. *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. Livro de Actas da Congregação (LAC) 1900-1925. (Publicações referente ao período de 1900 a 1930.). Rio de Janeiro. Arquivos em PDF disponíveis em: <<http://www.ihgb.org.br/ri-hgb.php?s=20>>. Acesso em 20 jan. 2013.
- Arquivo IHGB. *Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras* (Antiga Academia de Altos Estudos). Rio de Janeiro: Arquivo do IHGB, lata 475, pasta 23.
- BASTOS, M. H. C. *Conferências Populares da Freguesia da Glória*. Congresso Brasileiro de História da Educação, SBHE, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf>>.
- BITTENCOURT, C. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1993.
- CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 329-353.
- \_\_\_\_\_. Revisando a Historiografia Educacional Brasileira. In: MENEZES, M. C. (org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003, p. 375-399.

- CERTEAU. M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CARULA, K. *As conferências populares da Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporâ: da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- GUIMARÃES L. M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.
- HAIDAR, M. L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Garibaldo/USP, 1972.
- HOLLANDA, G. *Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)*. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.
- GOMES, A. C. *A República, a história e o IHGB*. São Paulo: Fino Traço Editora, 2009.
- KUHLMANN JR., M. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 106, março 1999.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993.
- SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, jul. 2003.
- WARDE, M. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. *Em Aberto*. Brasília, Inep, v. 3, n. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

Recebido em 29 de abril de 2018.  
Aprovado em 23 de maio de 2018.